INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OSCAR DE OLIVEIRA PORTO

CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTO VELHO
2024

OSCAR DE OLIVEIRA PORTO

CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Calama do Instituto Federal de Rondônia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.
Orientador: Professor Drº. Aguinaldo Pereira

PORTO VELHO
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO, com dados informados pelo(a) proprio(a) autor(a).

Porto, Oscar de Oliveira.
Conselho Escolar e Gestão Democrática de escola da rede pública de ensino no município de Alvorada do Oeste, RO, na perspectiva da Formação Humana Integral da Educação Profissional e Tecnológica / Oscar de Oliveira Porto, Porto Velho-RO, 2024.
57 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Aguinaldo Pereira.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Comunidade escolar. 2. Conselho Escolar. 3. Gestão Democrática. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Pereira, Aguinaldo (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Miria Santana Veiga, CRB-11-898 (Campus Porto Velho Calama)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pelo dom da vida, e pelas oportunidades que tenho na vida. Aos meus pais Benedito e Rosa que sempre me incentivaram com relação aos estudos. Aos meus irmãos Lúcio (in memória) e Lucilaine pelas orações e incentivos. Hoje, sei que tudo o que construí foi por meio dos estudos e minha formação acadêmica. À minha esposa Elisangela Porto, pelo amor e cuidados neste tempo de mestrado, por seu encorajamento e compreensão nos momentos de minha ausência. Aos meus três filhos: Helena, Emanuel e José Luis, pelo dom da paternidade. Ao meu orientador, professor Doutor Aguinaldo Pereira, pela dedicação e sugestões de melhorias. Ao Instituto Federal de Rondônia, campus Calama, Porto Velho, RO por me proporcionar a participação neste programa de Mestrado Profissional. À secretaria de educação e escolas no município de Alvorada do Oeste, RO que me proporcionaram a realização da pesquisa para a conclusão do mestrado.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar fontes e instrumentos que abordam a participação efetiva do conselho escolar em uma gestão democrática de escolas da rede pública de ensino na perspectiva de uma formação humana integral da Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um estudo de abordagem metodológica qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, por meio de pesquisa participante, que buscou analisar o processo de implementação e fortalecimento de conselhos escolares na rede pública municipal de ensino de Alvorada do Oeste, RO. A pesquisa foi desenvolvida com docentes da Secretaria Municipal de Educação e com gestores das escolas municipais do município. Neste contexto, o Conselho Escolar tem um importante papel na escola, já que ele oportuniza e potencializa a participação da direção, dos professores, dos alunos, dos funcionários e da comunidade escolar, fazendo com que todos esses segmentos exerçam sua palavra dentro da escola e compartilhem o poder decisório, favorecendo assim, a prática efetiva da gestão democrática. Uma das contribuições desta pesquisa será oferecer à Secretaria Municipal de Educação e as escolas a possibilidade de estabelecer Conselhos Escolares fortalecidos, bem como reorganizar aqueles que já estão constituídos, porém fragmentados, onde fica a cargo somente do diretor da escola a tomada de decisões. Para isso, foi confeccionado uma Cartilha de orientações para Gestores e docentes com os principais pontos para implementação e fortalecimento dos Conselhos Escolares, visando contribuir com as escolas da rede pública municipal de ensino em Alvorada do Oeste, RO. Dessa forma, aumentar as vozes constituídas na tomada de decisões podem gerar contribuições diferentes e um maior benefício à comunidade escolar, trazendo para dentro dos conselhos a perspectiva da Formação Humana Integral da Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Comunidade Escolar. Conselho Escolar. Gestão Democrática. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze sources and instruments that address the effective participation of the school council in democratic management of public schools from the perspective of integral human formation in Professional and Technological Education. This is a study with a qualitative methodological approach, of an exploratory-descriptive nature, through participatory research, which sought to analyze the process of implementing and strengthening school councils in the municipal public education network of Alvorada do Oeste, RO. The research was developed with teachers from the Municipal Department of Education and managers from municipal schools in the city. In this context, the School Council has an important role in the school, as it provides opportunities and enhances the participation of management, teachers, students, staff and the school community, making all these segments exercise their say within the school and share decision-making power, thus favoring the effective practice of democratic management. One of the contributions of this research will be to offer the Municipal Department of Education and schools the possibility of establishing strengthened School Councils, as well as reorganizing those that are already constituted, but fragmented, where decision-making is solely the responsibility of the school director. To this end, a Guidebook for Managers and teachers was prepared with the main points for implementing and strengthening School Councils, aiming to contribute to schools in the municipal public education network in Alvorada do Oeste, RO. In this way, increasing the voices constituted in decision-making can generate different contributions and a greater benefit to the school community, bringing into the councils the perspective of Comprehensive Human Training in Professional and Technological Education.

Keywords: School community. School Council. Democratic management. Professional and Technological Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 05
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 07
2.1 Conceito de Conselho Escolar 07
2.2 Conselho Escolar e a gestão: uma participação social e política 09
2.3 Gestão Democrática e Formação humana integral na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica 11
2.4 A Relação Intrínseca entre Trabalho e Educação 14
2.5 Educação Profissional Tecnológica na perspectiva da politecnia 15
2.6 A gestão escolar pautada nos princípios democráticos e de participação em outros trabalhos 17
3. METODOLOGIA 19
3.1 Caracterização do tipo de Pesquisa 19
3.2 Local da pesquisa 20
3.2.1 Participantes da pesquisa 20
3.3 Abordagem para o levantamento dos dados 20
3.4 Análise dos dados 21
3.5 Critérios de inclusão e exclusão na pesquisa 24
3.6 Aspectos Éticos da Pesquisa 24
3.7 Riscos, benefícios e medidas mitigadoras 25
3.8 Desenvolvimento do Produto Educacional 26
3.8.1 Validação do Produto Educacional 27
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS 29
CONSIDERAÇÕES FINAIS 36
REFERÊNCIAS 39
APÊNDICES 42

1. INTRODUÇÃO

No contexto atual, a escola está inserida nas constantes mudanças e transformações que ocorrem neste mundo globalizado, potencializadas pelas novas tecnologias. Essas transformações exigem da escola um olhar diferenciado frente à maneira de educar, atravessando tempos de transição e reorganização. O ensino passa a depender de um processo mais planejado e organizado para a conquista dos objetos de aprendizagem propostos.

Para atuar frente a estas mudanças e transformações, que por vezes são necessárias, faz se ideal a união entre todos os segmentos que compõem a comunidade escolar: equipe gestora, pais, alunos, professores e servidores de apoio. É fundamental que a escola esteja aberta à participação e à partilha de saberes. Não é mais possível a compreensão de uma escola isolada onde a decisão fique focada no papel do diretor escolar.

Somam-se os esforços para que a escola atinja seus objetivos e consiga desenvolver uma educação de qualidade, válida ao aluno, com característica humana e integral, voltada à sua realidade, que atenda suas necessidades, integrando-o conscientemente à sociedade.

Neste contexto, entende-se o Conselho Escolar como um órgão ou entidade de grande importância na vida da escola em que os seus protagonistas, escolhidos de forma democrática pela comunidade, oportunizem uma melhoria no desenvolvimento do processo de democratização da gestão das escolas.

A participação efetiva dos segmentos da sociedade é uma necessidade da escola, que por sua vez, deve estar aberta a esta participação, buscando especialmente uma aproximação maior das famílias neste processo de ensino (Paro, 2016). Por meio da família, a escola consolida laços consistentes em prol de uma educação de qualidade, objetivando efetivar uma gestão democrática no ensino, chamando todos a participar e se comprometer com a melhoria e qualidade da educação.

Refletindo sobre esta temática, a presente pesquisa enfoca na seguinte problemática: como implementar e fortalecer o conselho escolar na rede pública municipal de ensino em Alvorada do Oeste/RO, visando uma participação efetiva da comunidade escolar no processo de tomadas de decisões que viabilize a oferta de um ensino de qualidade, com base nos conceitos de gestão democrática e formação humana e integral da Educação Profissional e Tecnológica?

Nesta perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa foi o de compreender o que é o Conselho Escolar e o processo de implantação e formação dos Conselhos na Secretaria Municipal de Educação de Alvorada do Oeste.

Em desdobramentos relacionados na busca por responder ao objetivo geral, mencionado anteriormente, também buscou identificar as possíveis lacunas no processo de implantação e formação dos Conselhos Escolares, refletindo sobre o valor de sua representatividade nas instituições de ensino e comunidade escolar. Outro ponto desse desdobramento foi o de relacionar os conceitos de gestão democrática e formação humana integral na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por fim, a elaboração de uma Cartilha de orientações para Gestores e docentes com os principais pontos para implementação e fortalecimento dos Conselhos Escolares, visando contribuir com as escolas da rede pública municipal de ensino em Alvorada do Oeste, RO.

Sabendo-se que a escola foi dada a tarefa de formar e de levar o indivíduo a exercer cidadania, respectivamente, atribui-se à mesma a missão de responder aos desafios e contradições da realidade do processo de mudança, frente ao avanço científico e tecnológico que apoia a globalização da economia e da comunicação (Lück, 2022). Dessa forma, se faz necessário estudar o Conselho Escolar como uma instância de discussão, negociação e gestão participativa.

Em uma gestão de escola pública em que há a constituição do conselho escolar, há uma atuação democrática na gestão e processos educacionais, pois conforme as demandas da escola, surge a necessidade da participação de membros da comunidade externa. Essa iniciativa é uma ação voluntária, mas que em muitas vezes não é do interesse ou mesmo algo do conhecimento dessa comunidade.

Os espaços onde as ações realizadas pelo Conselho Escolar se tornam práticas de criação, comunicação e mobilização frente aos desafios encontrados, o compartilhamento das experiências é fundamental dentro das várias funções dos Conselhos Escolares, que inserido na realidade da escola, contribuem para soluções e melhorias na qualidade da educação.

A participação efetiva dos segmentos da comunidade é uma necessidade da escola que, por sua vez, deve estar aberta a esta participação, buscando especialmente uma aproximação maior das famílias neste processo de ensino. Por meio da família a escola consolida laços consistentes em prol de uma educação de qualidade, objetivando efetivar uma gestão democrática no ensino, chamando todos a participar, se envolver com os processos de planejamento da escola e se comprometer com a melhoria e qualidade da educação.

A integração escola e comunidade é uma prática que deve ir além dos atos legais, a fim de aprofundar e efetivar a função social da escola. É necessário se ter conscientização da importância do Conselho Escolar como instância de participação escolar e da comunidade. Uma das principais características da ação do conselho escolar é a descentralização e execução dos

recursos financeiros, facilitando a aquisição de bens e serviços que venham a melhorar os processos de ensino nas escolas.

Muitas barreiras impedem que o Conselho Escolar se efetive como espaço democrático de decisões participativas, em razão da carência de algumas condições essenciais, como a falta de tempo dos Conselheiros para se dedicar a sua função, como também o fato de que a comunidade precisa ter confiança na gestão escolar e maior espaços de discussões, planejamento e formações.

Nessa perspectiva, a proposta de implantação e formação dos conselhos escolares é uma possibilidade de criar dentro da escola, no seu espaço muitas vezes de contradição, um envolvimento que, de fato, faça a diferença que busquem estar realmente inseridos em todos os conceitos de participação na gestão dos recursos de uma escola, sejam eles: pedagógicos, financeiros, administrativos e um maior entendimento na gestão de pessoas, que é quem faz total diferença nos processos quando há uma compreensão da importância do papel do indivíduo nos segmentos da sociedade.

Os princípios da gestão democrática na perspectiva da formação humana integral da educação profissional e Tecnológica poderão contribuir para esse processo que será trilhado na presente pesquisa. Aumentar as vozes constituídas na tomada de decisões pode gerar contribuições diferentes e um maior benefício à comunidade escolar e a melhora no processo de ensino. Dessa forma, se faz necessário compreender o Conselho Escolar, suas características, seu processo de formação, vantagens e possíveis desvantagens como uma instância de discussão e participação efetiva da comunidade nos processos de gestão de recursos, conflitos e tomada de decisão.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Conceito de Conselho Escolar

O conselho escolar é um órgão colegiado que atua na gestão democrática da escola. É responsável por tomar decisões e acompanhar ações que promovam a melhoria da qualidade da educação oferecida pela instituição.

> O Conselho Escolar é um colegiado de grande relevância para o processo de tomada de decisões dentro da escola. Auxiliam a equipe gestora e representam a comunidade escolar. Reúne vários segmentos da sociedade com o objetivo de discutir, refletir e acompanhar todas as atividades escolares, trazendo diferentes pontos de vista, atribuindo um valor positivo e beneficiando os indivíduos que ali fazem parte da comunidade escolar, enfim, a toda sociedade" (Luiz ; Nascente, 2013, p.12).

Neste contexto, observa-se a necessidade dos educadores, pais e gestores contribuírem para melhorar o funcionamento educativo em nosso país, salientando a necessidade de uma análise mais abrangente quanto à constituição de um grupo de indivíduos apontado como fundamental a consideração das condições sócio–histórico em que atividade de trabalho se produz.

Desse modo, o ambiente escolar deverá questionar e refletir sobre os aspectos de formalização do trabalho da educação que oferece aos educandos, para que possa contribuir essencialmente na formação de novos valores, estimulando sempre a aprender a aprender, a pensar, refletir e poder opinar, que é uma poderosa maneira de desvendar o mundo e a si mesmo. Para Lück (2006, p. 66), Conselho Escolar "[...] está centrado na maior participação dos pais na vida escolar, como condição fundamental para que a escola esteja integrada na comunidade, assim como a comunidade nela, que se constitui na base para a maior qualidade do ensino".

Por ser um órgão de representação da comunidade escolar, o conselho se torna um ambiente mediador da efetiva participação dentro da escola por todos os segmentos da comunidade, construindo esta cultura de colaboração, refletindo-se em uma gestão participativa.

De acordo com o Caderno 1 do Programa de Fortalecimento dos Conselhos

> Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira (Brasil, 2004, p. 47).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 (Brasil, 1996), no art. 14 § II, reitera assegurando a participação das comunidades escolares local em conselhos escolares ou equivalentes, sendo representados no Conselho Escolar os vários segmentos que compõem a comunidade escolar: diretor da escola, professores, estudantes, funcionários, pais e membros da comunidade local. Como em outros pleitos, é de suma importância que seja estabelecido pelas instituições as regras como também a transparência no processo de eleição dos membros do conselho. "O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico" (Brasil, 2004, p. 17).

Conforme as instruções do Caderno 1 de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004), a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para juntos, construírem uma educação de qualidade e socialmente relevante.

Os conselhos escolares almejam a existência de uma verdadeira democratização das relações no interior da escola pública, pois a partir da existência dos conselhos, espaços estão sendo conquistados pela comunidade escolar. Cada Conselho Escolar tem suas ações respaldadas através do seu próprio Estatuto, que normatiza a quantidade de membros, formas de convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias, como é realizado o processo de renovação dos conselheiros, dentre outros assuntos que competem a essa instância.

Neste sentido, cabe aos conselhos escolares

> Deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola; participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar e aprovar o Calendário Escolar no início de cada ano letivo; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e; mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação (Brasil, 2004, pg. 36).

Destaca-se, dentre as funções do Conselho Escolar, a de estimular a descentralização, a participação ativa e a transparência no âmbito da gestão escolar. É um colegiado que tem natureza consultiva, deliberativa, mobilizadora, avaliativa, pedagógica e fiscalizadora, sendo o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola.

2.2. Conselho Escolar e a gestão: uma participação social e política

A participação do conselho como ação política de envolvimento conjunto nos problemas e ações da unidade de ensino, segundo Paro (2016), se caracteriza como prática dialógica coletiva, por meio de um processo que vise à transformação da autoridade dentro da escola.

Neste sentido, a cultura escolar e as práticas que norteiam a gestão da escola devem ser práticas mobilizadoras para a transformação dos rumos da educação em virtude de que, a atuação do Conselho Escolar precisa ser pensada, de modo a possibilitar a organização de ações que possam contribuir para a construção de uma gestão mais participativa como um processo democrático de decisões.

É importante ressaltar que a gestão colegiada aponta uma mudança de paradigma, passando da gestão centralizada, verticalizada e burocrática para uma gestão democrática da escola, onde a participação e o envolvimento da comunidade é um importante meio de assegurá-la, possibilita o envolvimento da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar (Libâneo, 2021).

A escola e a comunidade extraescolar compõem o meio social no qual o aluno está inserido com forte interferência no aprendizado e na motivação para aprender bem como na formação integral do aluno.

A educação brasileira tem se dedicado, com muita atenção ao termo “gestão”, na educação como condição básica e fundamental para a melhoria da qualidade do ensino e para a transformação da própria identidade da educação brasileira e de suas escolas, ainda carentes de estrutura e posturas claras e competentes para a superação das dificuldades cotidianas.

Conforme Lück (1997, p. 01) o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, pela participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante seu compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. Neste mesmo contexto, a autora esclarece que a expressão “gestão educacional” surgiu para substituir a expressão “administração educacional”:

> A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes surge, por conseguinte, em substituição a "administração educacional", para representar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Assim, como mudança paradigmática está associada à transformação de inúmeras dimensões educacionais, pela superação pela dialética, de concepções dicotômicas que enfocam ora o diretivismo, ora o não-diretivismo; ora a heteroavaliação, ora a autoavaliação; ora a avaliação quantitativa, ora a qualitativa; ora a transmissão do construído, ora a sua construção, a partir de uma visão da realidade (Lück , 1997, p.4).

Desta maneira, a gestão escolar caracteriza-se por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das instituições de ensino, de modo que essas sejam orientadas para a construção produtiva do ensino, isto é, para um modo de fazer caracterizado por ações conjuntas, associadas e articuladas. Sem esse enfoque, os esforços e gastos são despendidos sem muito resultado, o que, no entanto, tem acontecido na educação brasileira.

Borges e Sobrinho (2020) exploram a importância da gestão escolar democrática no contexto da educação profissional e tecnológica, à luz de dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os autores questionam se a gestão democrática, conforme estabelecida em documentos legais, pode realmente contribuir para a formação integral dos alunos.

Para abordar essa questão, os autores conduzem uma revisão sistemática da literatura, examinando como o tema da gestão democrática, com foco na educação profissional e tecnológica, tem sido tratado em pesquisas realizadas nos últimos dez anos. A pesquisa busca

identificar espaços de ações democráticas na gestão educacional, destacando se essas práticas têm o potencial de promover uma formação humana integral.

Além disso, destacam a importância da relação entre trabalho e educação, argumentando que a forma como a gestão escolar é implementada pode ser um mecanismo valioso para oferecer uma educação abrangente aos estudantes. No entanto, ressalta que, apesar da democratização da educação, os gestores muitas vezes enfrentam desafios estruturais e falta de recursos para exercer efetivamente a gestão democrática.

O estudo se justifica pela percepção de que a educação profissional e tecnológica tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento social, mas, muitas vezes, é utilizada de maneira precária para atender aos interesses do mercado. Portanto, é crucial compreender como a gestão escolar tem influenciado essa formação integral.

2.3 Gestão Democrática e Formação humana integral na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica.

A gestão democrática da educação visa à formação de sujeitos autônomos e competentes, enfatizando a possibilidade de equidade. Conforme Bastos (2021), as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas ao longo dos anos provocaram alterações também na maneira como o ser humano se relaciona entre si, como produz conhecimento e como o utiliza para seu próprio progresso.

Nesse contexto repleto de modificações, a escola é também atingida, ou seja, o ambiente escolar reflete o que a sociedade pratica. Dentro da discussão da gestão democrática, a contemporaneidade da Escola Pública é repleta de muitas discussões sobre suas possibilidades democráticas, bem como a utilização dos instrumentos burocráticos em busca da concretização de uma escola laica para todos os cidadãos, os quais possuem uma acessibilidade no ensino público atual.

Bastos, Luz e Artuso (2021) afirmam que:

> frente às circunstâncias sociais difusas a educação é, notavelmente, uma arma incondicional, ou seja, um instrumento necessário para e na feitura de cidadãos cada vez mais conscientes diante de suas realidades de mundo, tendo assim, maiores e melhores condições para lutar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os sujeitos sociais tenham destreza para galgarem passos firmes rumo à autonomia propícia para um desencadeamento de fatos que favoreçam a estruturação de uma sociedade com mais possibilidades de condições igualitárias para os seus partícipes (Bastos; Luz; Artuso, 2021, p.04).

Nesse âmbito, olhar a educação como algo fundamental para a promoção de fatores sociais e políticos, os quais possam conduzir os cidadãos a uma visão de um mundo mais igualitário, no qual os sujeitos sociais tenham destreza para dar passos firmes rumo à autonomia

necessária e que favoreçam a estruturação de uma sociedade com mais possibilidades e melhores condições de vida para os seus membros.

É necessário mudar conceitos e atitudes, onde seja possível levar as ações dos sujeitos humanos para uma busca constante da excelência educativa em favor da formação integral das pessoas, sabendo que tais pessoas são essenciais para o processo educacional e precisam estar entusiasmadas em cumprirem seus papéis com responsabilidade.

Ciavatta (2005) diz que a proposta de uma formação humana em Educação Profissional e Tecnológica busca garantir às pessoas o direito de uma formação cidadã completa, na qual possam participar de seus ambientes de vivência com autonomia e protagonismo, fazendo a leitura de seus mundos com criticidade, desenvolvendo progressivamente o sentimento de pertença aos seus espaços de convivência humana, buscando compreender as contradições de mundo concreto, e superá-las com intrepidez, tendo sempre o objetivo da formulação de uma sociedade menos desigual.

Nesse sentido, a atuação de uma gestão democrática articulada ao conceito de formação humana integral pode ser pautada na formação humanística, autônoma, livre e independente contribui para que os sujeitos tenham a autonomia necessária para atuarem no mundo do trabalho e em todos os ambientes de forma crítica, conduzindo sua história, fazendo com que a educação possa acontecer de acordo com os objetivos favoráveis à formulação de atores sociais e políticos, contribuindo de forma mais abrangente para uma formação humana integral de toda a sociedade.

A Gestão Democrática, alinhada às perspectivas de formação humana integral em instituições de Educação Profissional e Tecnológica, tem como objetivo organizar os trabalhos numa perspectiva de decisão coletiva. Nesse sentido, o trabalho escolar deve acontecer numa dinâmica de conjunto, onde seja pensado, discutido, organizado e sistematizado coletivamente, principalmente por se tratar de um momento fundamental para a relação entre aqueles que participam da comunidade escolar.

No contexto do debate constitucional que precedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988, merece destaque a atuação dos trabalhadores, liderados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte, que obteve sucesso ao incluir a preparação para o trabalho como um dos objetivos da educação nacional. No entanto, é relevante ressaltar que essa conquista, em certa medida, se mostra relativa, uma vez que a concepção original de uma formação ampla e reflexiva foi, posteriormente, restringida para atender às exigências do mercado de trabalho. Consequentemente, a formação voltada para o trabalho deixou de ser exclusiva da rede tecnológica (Neves; Pronko, 2008).

Dourado (2007) afirma que, quanto a essa dualidade presente no cenário educacional, identifica-se uma ambiguidade na qual uma série de programas aparentam caminhar em direção a políticas inclusivas e democráticas, ao passo que prevalece, por outro lado, uma ênfase gerencial, caracterizada por uma abordagem marcadamente tecnicista e produtivista. Isso se traduz na busca por testes padronizados como forma de naturalizar a desigualdade presente na educação brasileira (Dourado, 2007).

Ao contemplar a noção de formação integral, que engloba o desenvolvimento pleno da juventude em todas as suas dimensões e facetas, vislumbra-se um ambiente ideal caracterizado pela participação ativa e pelos princípios democráticos. Importa destacar que a Constituição Federal de 1988 já incorporou de forma explícita o princípio da gestão democrática na educação pública. O artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) elenca o pleno desenvolvimento do educando, a cidadania e a preparação para o trabalho como fundamentos da educação nacional. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, em sua 19ª meta, sublinha a necessidade de efetivação da gestão democrática.

Logo, a legislação vigente estabelece que a escola tem o dever de preparar o educando não apenas para exercer seus direitos e deveres como cidadão, mas também para adentrar com êxito no mercado de trabalho. A gestão participativa, além de ser a efetivação democrática da gestão e um direito de cidadania, também implica em deveres e responsabilidades. Dessa forma, a gestão democrática é uma atividade coletiva que exige a participação e a convergência de objetivos. Paralelamente, ela depende da capacidade e da responsabilidade individuais, bem como de uma coordenação e supervisão ativas (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 448).

As interações presentes no contexto político-social, nas relações familiares e na socialização entre colegas de classe, professores e demais membros da comunidade escolar configuram-se como valiosas oportunidades de formação interligadas. A educação formal proporcionada pela instituição escolar se amalgama com as aprendizagens não formais ou informais, concedendo ao educando uma compreensão abrangente do mundo que o cerca (Ciavatta, 2012).

A abordagem da gestão escolar sociocrítica, caracterizada por elementos democráticos e participativos, emerge como a mais apropriada para materializar a visão holística da formação humana. A escola frequentemente constitui o primeiro contato do aluno com uma estrutura hierárquica estabelecida. Logo, a estrutura administrativa, a organização escolar e a forma como os alunos se engajam nos processos de tomada de decisão exercem influência significativa na

construção de sua identidade, considerando que os ambientes formais, não formais ou informais desempenham papéis formativos igualmente relevantes. Nesse contexto, os indivíduos são instados a participar, e para que a inovação efetivamente ocorra, torna-se imperativo que enfrentem os espaços democráticos com genuíno comprometimento. A mera supressão de práticas burocráticas e autoritárias, aliada à implementação de canais de interação e participação, não se mostra suficiente. É essencial que a equipe de administração se engaje ativamente, de modo que a gestão se revele autenticamente eficaz. A abordagem democrática oportuniza maior envolvimento e coordenação de esforços na busca pelo bem comum (Paro, 2012).

A participação transcende a presença física e se manifesta na efetivação de práticas democráticas que facultam aos indivíduos a compreensão do contexto, da estrutura escolar e a aquisição de conhecimento. Tal compreensão possibilita a participação efetiva nas decisões relacionadas aos aspectos organizacionais, pedagógicos, administrativos e financeiros. A comunicação deve ser pautada pelo diálogo horizontal, incentivando os alunos a participarem e a compreenderem o ambiente da sala de aula. Decisões unilaterais revelam-se inapropriadas, sobretudo em virtude da pluralidade sociocultural dos envolvidos, tornando imprescindível a tomada de decisões de forma coletiva (Paro, 2012).

2.4 A Relação Intrínseca entre Trabalho e Educação

O ser humano, dotado da capacidade racional, agrega como atributos a capacidade de trabalhar e educar, sendo destacadas como traços essenciais da natureza humana, caracterizando o trabalho como um "princípio educativo" (Saviani, 2007). Conforme Saviani (2007), o homem não se adapta passivamente à natureza, como os animais, mas a transforma conforme suas necessidades. Além disso, ele não nasce pronto, mas se forma em resposta aos problemas reais que surgem e às ações que precisa decidir, sendo esse processo educativo também um processo de definição do ser.

Nessa interação inicial com a natureza, o homem busca o que é melhor para si, seu bem-estar no contexto e na época em que vive. As tarefas diárias, a construção do pensamento, o planejamento e o desenvolvimento de hábitos, gostos e escolhas colocam o trabalho em foco existencial, o qual, posteriormente, com a industrialização e a divisão do trabalho, se molda como um "princípio educativo" (Nosella, 2007). Nosella (2007) argumenta que, através do trabalho, o homem se realiza e se desenvolve, sendo o trabalho a "protoforma da atividade humana" e o "fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana".

Nessa perspectiva de definição do ser, na relação intrínseca entre trabalho e educação como elementos indissociáveis, e com o objetivo de profissionalizar para o mercado de trabalho, surgiu o Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, que estabeleceu a rede de Escolas de Aprendizes-Artífices. Essas escolas, conforme Neves e Pronko (2008), eram destinadas aos filhos de famílias de baixa renda, não se articulando ao sistema educativo formal, e tinham uma finalidade predominantemente ético-política e assistencial/moralizante.

A evolução da educação é contextualizada no cenário da sociedade industrial, onde a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho era predominante. No entanto, à medida que o sistema produtivo exigia trabalhadores com habilidades mais complexas, surgiram universidades e cursos de nível médio tecnológico, como observado por Neves e Pronko (2008).

A globalização e a reorganização dos meios de produção tiveram um papel importante na transformação da sociedade capitalista. Essa mudança influenciou as políticas educacionais, que passaram a atender às demandas do mercado, conforme destacado por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012). Eles argumentam que as reformas educacionais executadas pelos países desenvolvidos submeteram a escolarização às exigências do mercado.

Diante desse contexto globalizado, a educação enfrenta o desafio de implementar políticas econômicas que atendam a uma variedade de interesses antagônicos. O sistema educacional, que deveria ter um caráter formativo e emancipador, muitas vezes prioriza a formação de mão de obra altamente qualificada para atuar mecanicamente no mercado de trabalho. Ramos (2013) enfatiza que o "trabalho é um aspecto estruturante da vida humana" e que não pode ser dissociado do conhecimento, da linguagem e dos conceitos.

Em suma, destaca a interconexão entre trabalho, educação e sociedade ao longo do texto, enfatizando a evolução histórica das abordagens educacionais em relação ao mercado de trabalho e à formação integral do ser humano.

2.5 Educação Profissional Tecnológica na perspectiva da politecnia

A gradual expansão da oferta de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, conforme Moura (2008), não tem como objetivo principal a universalização desse modelo. Em vez disso, almeja estabelecer as bases e semear as sementes para uma futura educação politécnica ou tecnológica, que, de acordo com o autor, deve ser abrangente, pública, gratuita, secular e de qualidade. No entanto, essa universalização só poderá ser concretizada quando as condições concretas da sociedade brasileira permitirem. Portanto, a ênfase atual é

consolidar a oferta de ensino médio integrado à educação profissional, que busca a formação completa dos estudantes.

A concepção de ensino médio integrado à educação profissional na perspectiva da formação omnilateral e politécnica, que integra as dimensões de trabalho, educação e cultura, é defendida por Ciavatta e Ramos (2011). No entanto, os autores ressaltam que essa concepção ainda não foi plenamente compreendida, e muitos educadores e a sociedade em geral continuam acreditando que o ensino médio propedêutico deve ser separado, visando à inserção no ensino superior, enquanto a formação profissional é vista como um processo independente. Essa visão dual e fragmentada da educação profissional ainda prevalece.

A educação concretizada no ambiente do ensino médio integrado à educação profissional pode proporcionar uma formação completa, preparando os alunos para enfrentar obstáculos e desafios, conforme Moura (2013). O autor enfatiza a importância de considerar o trabalho como um princípio educacional, reconhecendo suas dimensões ontológica e histórica. A educação escolar deve focar o trabalho como um direito de todos os cidadãos, de acordo com Moura (2013).

A perspectiva de uma educação que transforme o ser humano e permita que o aluno seja pleno em sua essência, sem a imposição capitalista, é um ideal compartilhado por muitos autores e cidadãos. Neves e Pronko (2008) argumentam que a escola deve superar sua crescente subordinação aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, priorizando a abrangência e a versatilidade em sua estruturação curricular.

Apesar de parecer utópico, o desejo de se inserir em um ambiente escolar acolhedor, que forneça ferramentas úteis para o aprendizado e forme cidadãos participativos e críticos, é inerente ao ser humano. A educação politécnica e omnilateral permitirá ações únicas por parte dos cidadãos que emergirem desse processo educacional. De acordo com Nosella e Azevedo (2012), a igualdade social e cultural implica a participação de todos na produção do conhecimento, da ciência e da técnica, bem como no desfrute das atividades culturais mais sofisticadas.

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na busca por essa educação ampla. A participação ativa de diversos agentes no ambiente escolar, como professores, diretores, coordenadores, técnicos administrativos e a comunidade escolar pode contribuir para a formação completa do aluno. Essa formação depende de como os profissionais conhecem a

estrutura e a organização escolar, conduzem suas atividades, investigam problemas e tomam decisões de forma colaborativa.

2.6 A gestão escolar pautada nos princípios democráticos e de participação em outros trabalhos

A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido objeto de estudo e análise por diversos pesquisadores, proporcionando contribuições valiosas sobre a implementação das políticas educacionais e a efetivação da participação democrática nos processos decisórios.

Neste contexto, destaca-se o estudo de Peixoto (2009), que realiza uma abordagem histórica da EPT, comparando o que foi proclamado em leis, decretos, projetos e portarias com o que efetivamente foi realizado pela gestão.

A pesquisa revela uma notável lacuna entre os executores das políticas e seus formuladores, ressaltando a influência de organismos nacionais e internacionais na configuração da EPT. Além disso, Peixoto enfatiza o papel protagonista dos Conselhos Diretor e de Ensino, que se aproximam dos princípios da gestão democrática, bem como a estratégia adotada pelo CEFET/MG de descentralização e expansão da colegialidade.

Outro aspecto relevante no contexto da gestão democrática é a análise conduzida por Sá (2009) acerca dos elementos democráticos presentes na elaboração de documentos institucionais, como regimentos internos, projetos político-pedagógicos e planejamentos estratégicos. Sá identifica a existência de características híbridas na gestão, marcada por interesses diversos, conformismos e resistências à promoção de espaços coletivos de participação. A conformidade com a legislação na produção desses documentos é notável, porém, muitas vezes, carece de uma reflexão mais profunda sobre a realidade escolar.

Figueiredo (2014) compartilha suas inquietações como gestor, enfatizando a complexidade de conciliar a tomada de decisões com a criação de espaços de construção coletiva. O autor destaca a importância de construir uma identidade considerando a participação e a gestão democrática em um ambiente culturalmente diverso. Ao analisar o processo de construção do documento Organização Didática (OD) no IFRS, Figueiredo relata a participação democrática e a abertura para discussões e consultas públicas, embora tenha sido observada uma baixa participação nas plenárias de elaboração do documento. Essas constatações

evidenciam a necessidade de engajamento ativo dos envolvidos para efetivar as mudanças, indo além do cumprimento de leis e decretos.

A formação de gestores na EPT é um tema abordado por Vieira (2014), que analisa as demandas e carências nesse contexto. O autor destaca a falta de formação e informação dos profissionais que desempenham funções de gestão, propondo um plano de ação voltado para a melhoria dessa capacitação, direcionado às reais necessidades da gestão. Essa pesquisa evidencia a importância da formação contínua dos gestores para o fortalecimento da gestão democrática.

Oliveira (2015) explora a relação entre o Conselho Municipal de Educação e o IFG em Luziânia, enfocando elementos de controle social, participação e democracia. A pesquisa aponta problemas na gestão das escolas municipais, como diretorias autoritárias e a limitação da participação dos corpos docente e discente nas decisões. A participação do Instituto Federal de Goiás no Conselho Municipal de Educação é percebida como um mecanismo de empoderamento e protagonismo, com destaque para o papel do Observatório da Educação na democratização do acesso à informação e na promoção da formação continuada.

Bentes (2015) investiga o patrimonialismo como cultura institucional predominante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), à luz da teoria de Max Weber. O autor destaca a consolidação dessa cultura ao longo da história da instituição, evidenciando a falta de diálogo e práticas inadequadas em relação aos princípios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Ikeshoji (2016) analisa a percepção de docentes e gestores sobre a gestão em instituições de educação profissional e tecnológica em São Paulo. A pesquisa destaca a atuação dos docentes como agentes da escola, responsáveis pelo planejamento pedagógico, mas frequentemente limitados à sala de aula. Além disso, ressalta que as ações dos gestores muitas vezes são direcionadas pelos regimentos internos, em detrimento de uma abordagem político-educacional.

A pesquisa de Alves (2017) investiga os perfis e práticas de gestão dos diretores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano do Piauí, destacando a complexidade da gestão democrática e o impacto das normas e metas programadas. A pesquisa aponta para a limitação da autonomia administrativa e pedagógica dos campi, influenciada pelas políticas do Ministério da Educação (MEC).

Silva, Barros Jr. e Latorre (2014) enfatizam a importância do conselho de classe como um espaço de diálogo efetivo, reconhecendo seu potencial formativo. No entanto, observam a necessidade de uma mudança de postura na prática docente, na gestão e na participação dos alunos para que esse espaço cumpra seu papel de forma eficaz.

Em suma, as pesquisas mencionadas anteriormente abordam aspectos diversos da gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica, oferecendo uma visão abrangente dos desafios e das oportunidades presentes nesse contexto. Essas, evidenciam a importância do engajamento ativo de todos os envolvidos e a necessidade de aprimoramento constante para fortalecer a gestão democrática e promover uma educação de qualidade.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização do tipo de Pesquisa

O caminho metodológico selecionado para a realização da pesquisa foi a de cunho qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, por meio de pesquisa participante junto ao corpo docente lotado na Secretaria Municipal de Educação de Alvorada do Oeste, RO que atuam na composição de estudos em relação à prática da gestão democrática nas escolas públicas municipais e a aplicabilidade dos conselhos escolares.

Com relação à abordagem qualitativa, Gil (2022) ressalta que os resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais, visando fornecer um quadro mais geral da questão em estudo. A pesquisa qualitativa visa por meio da interpretação, buscar significados da realidade construída através da observação e dos dados obtidos.

A pesquisa exploratória, com abordagem da pesquisa participante, segundo Gil (2022), proporciona uma maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa descritiva, segundo esse mesmo autor, tem o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno, objetiva ainda estudar características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade etc.

Com relação a sua finalidade, essa pesquisa é denominada aplicada. Conforme Thiollent (2009), a pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Respondem a uma demanda formulada por clientes, atores sociais ou instituições.

Foi realizada também uma pesquisa documental, que para Gil (2022, p.45) vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

3.2. Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Educação de Alvorada do Oeste, Rondônia, e nas escolas municipais. A secretaria do município oferece a Educação Básica, da creche ao Ensino Fundamental, distribuídas em nove escolas, sendo três escolas na zona rural que oferecem a educação no campo, da pré-escola ao final do ensino fundamental; uma escola em cada distrito, de Terra Boa e Tancredópolis que oferecem desde a pré-escola aos anos finais do Ensino Fundamental. Já na zona urbana são duas creches em tempo integral e mais duas escolas, uma que oferece a pré-escola e outra que oferta o ensino fundamental de 1º ao 9º ano. As referidas escolas estão passando por processo de implantação dos conselhos escolares.

O corpo docente da secretaria é composto por professores de diferentes áreas de ensino: Pedagogia, Letras, Matemática, Biologia, Educação Física, todos com a função específica de cada área, de acompanhar o desenvolvimento pedagógico, administrativo e de ensino das escolas.

3.2.1 Participantes da pesquisa

Durante a pesquisa foi averiguado sobre o conhecimento que os docentes, com formação em Letras e Pedagogia, lotados na secretaria de educação, têm sobre o processo de implementação e fortalecimento do conselho escolar da rede pública municipal de ensino em Alvorada do Oeste, RO, pois os docentes com as referidas formação estão diretamente ligados ao processo de implantação dos conselhos escolares e gestão democráticas nas escolas, como também, foram participantes da pesquisa os diretores de sete escolas municipais. Foram participantes da pesquisa três docentes da secretaria e sete diretores de escolas.

3.3 Abordagem para o levantamento dos dados.

A primeira etapa da pesquisa se deu com solicitação de autorização da instituição - Secretaria Municipal de Educação - campo da pesquisa, submissão e aprovação da pesquisa pelo comitê de ética CEPI-FRO. Em seguida, foram apresentados os objetivos e procedimentos metodológicos, bem como o TCLE para os participantes docentes, observando a percepção desses a respeito da temática a ser trabalhada.

Com a possibilidade de se trabalhar com a equipe de docentes da Secretaria de Educação responsável pela implantação e formação dos conselhos escolares e também com os diretores de algumas escolas, foi possível entender a dinâmica, os desafios e identificar os problemas existentes. Considerando que o objetivo é proporcionar orientações de melhorias neste processo e interação com o grupo, a abordagem mais qualificada, aplicada para a coleta de dados, foi a pesquisa participante.

Sobre a pesquisa participante, aponta Gil (2022), proporciona uma maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Segundo o autor, essa modalidade de pesquisa tem o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno, com o intuito de estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade etc.

Desta forma, no primeiro momento entre os meses de junho a agosto de 2023 foi realizado um diagnóstico com os docentes para saber seu conhecimento em relação ao tema. Este diagnóstico foi realizado por meio de uma entrevista individual, de forma presencial, na sede da secretaria municipal de educação, como também na direção de cada escola participante, previamente agendado com os participantes da pesquisa, via telefone, observando o momento propício em razão da estrutura organizacional da secretaria e das escolas para que não atrapalhasse o fluxo dos trabalhos. Foi feito um roteiro básico com questões a respeito da temática para iniciar a pesquisa. As respostas destas questões foram anotadas em bloco de anotações.

Na sequência, após os levantamentos das respostas individuais, na segunda etapa da pesquisa, foi realizada uma roda de conversa presencial, semiestruturada, previamente agendada com todos os participantes da pesquisa, com perguntas básicas utilizadas como um passo inicial para abertura à conversa. A roda de conversa teve como principal objetivo a sensibilização e conscientização do papel do conselho escolar e os desafios encontrados frente à educação. Os dados levantados corroboram para a investigação da pesquisa, subsidiando com informações necessárias para a realização do Produto Educacional.

3.4. Análise de dados

Para o processo de análise dos dados da pesquisa, utilizamos a abordagem analítica conhecida como Análise Temática, que é uma abordagem analítica comumente usada na pesquisa qualitativa, especialmente em campos como ciências sociais, psicologia e estudos culturais. Ela é usada para identificar, analisar e relatar padrões e temas recorrentes nos dados qualitativos, como entrevistas, grupos focais, questionários abertos, diários e outros materiais

textuais ou visuais, tal qual proposto para essa pesquisa. A Análise Temática é parte de um movimento maior de pesquisadores que buscam a compreensão dos fenômenos não quantificáveis.

Assim, a teoria subjacente a esta pesquisa foca nos procedimentos grupais, onde a aprendizagem é vista como um ciclo iterativo de reflexão e ação entre os componentes do grupo. Os comportamentos reflexivos de aprendizado contribuem para a geração de novas percepções coletivas, enquanto os comportamentos ativos de aprendizado são aqueles que transpõem tais percepções para ações concretas.

No decorrer da análise, houve ajustes nas subcategorias e nos códigos devido à natureza iterativa do processo analítico. Este procedimento analítico conduz à construção de significados a partir dos dados, o que acarreta revisões nas codificações e nas categorias temáticas pré-estabelecidas, de acordo com Braun e Clarke (2012).

A Análise Temática envolveu os seguintes passos: preparação dos dados, codificação, categorização, identificação de temas e por fim, análise e interpretação.

Primeiramente, no passo 1 – preparação dos dados - os dados qualitativos foram coletados e organizados. Isso, em nossa pesquisa, incluiu as transcrições das entrevistas, transcrições e anotações das rodas de conversa, anotações de campo (ao longo de toda pesquisa) e do material textual como os documentos pesquisados. Sendo assim, foram dez o número de entrevistados. Dentre os participantes, 7 são gestores de escolas e 3 são docentes da secretaria de educação. As entrevistas foram realizadas na sede da secretaria e nas escolas. Foram coletadas dez respostas enviadas pelos participantes. Foram levantadas informações acerca de como está o processo de implantação e fortalecimento dos Conselhos escolares, suas maiores dificuldades, os momentos destinados à formação, como também, a relação da comunidade com a escola.

No passo 2 – codificação – os dados foram codificados, o que significa que foi atribuído rótulos/códigos a partes específicas dos dados que estão relacionadas a conceitos ou temas relevantes. Esses códigos foram palavras-chave ou frases que capturam o conteúdo essencial, o que mais foi relevante na opinião dos sujeitos da pesquisa. Pretendeu-se, neste passo, a descoberta de quais pontos e opiniões, dos participantes foram relevantes para os procedimentos de fortalecimento dos conselhos e, de fato, o exercício de uma gestão democrática nas escolas pesquisadas.

No passo 3 – categorização – foi simplesmente a organização dos códigos em categorias mais amplas com base em semelhanças e relações. Isso ajudou na identificação de temas e no

agrupamento de conceitos relacionados e melhor conceituação das respostas. Este agrupamento e semelhança das respostas ajudou na verificação, na sondagem dos objetivos propostos na pesquisa, como o de compreender o que é o Conselho Escolar e o processo de implantação e formação dos Conselhos na Secretaria Municipal de Educação de Alvorada do Oeste, identificar as possíveis lacunas no processo de implantação e formação dos Conselhos Escolares, refletindo sobre o valor de sua representatividade nas instituições de ensino e comunidade escolar. Outro ponto desse desdobramento é o de relacionar os conceitos de gestão democrática e formação humana integral na perspectiva da educação profissional e tecnológica.

No passo 4 - identificação de temas - foram identificados os temas principais e secundários que surgiram das categorias. Um tema é uma ideia ou conceito recorrente que permeia os dados e ajuda a responder às questões da pesquisa.

Por fim, no passo 5 - análise e interpretação – foi realizado a interpretação dos temas identificados em relação às questões de pesquisa. Nesse ponto é que observamos o significado e a importância do conselho escolar dentro de uma gestão democrática de ensino, permeando conceitos de uma Formação humana integral dos sujeitos e como os temas se relacionam entre si.

A investigação sobre o conselho escolar e a gestão democrática na rede pública de ensino em Alvorada do Oeste, RO, particularmente na perspectiva da formação humana integral da educação profissional e tecnológica, revelou resultados importantes sobre os processos de implantação, formação e atuação destes conselhos. Este estudo, enriquecido pelas respostas obtidas durante a coleta de dados, possibilitou uma compreensão ampliada dos objetivos propostos, desvendando não apenas o que constitui o conselho escolar, mas também os desafios e potenciais de sua implementação e funcionamento.

Na observação, análise e interpretação dos resultados, notou-se, por meio da percepção do pesquisador, uma preocupação com o tema abordado, especialmente no que concerne às práticas de uma verdadeira gestão democrática para a abertura de espaços à comunidade, onde não havia antes, e na composição e implantação dos trabalhos e ações do conselho escolar, para que, dentro do colegiado possam compreender os aspectos de uma formação humana integral aos educandos e comunidade escolar. Com a pesquisa, observa-se que há um reconhecimento das dificuldades práticas enfrentadas na sua implementação e operação.

Há uma ênfase na necessidade de formação e capacitação, indicando uma busca por melhorias contínuas no processo de fortalecimento dos conselhos. Nota-se um reconhecimento claro da importância dos conselhos para a qualidade e democratização da educação.

A escolha pela Análise Temática como abordagem analítica para essa pesquisa se deu principalmente porque permite aos pesquisadores explorarem a complexidade dos dados qualitativos e compreenderem as perspectivas e experiências dos participantes. Ela é flexível e pode ser adaptada para atender às necessidades específicas de diferentes projetos de pesquisa, tornando-se uma ferramenta valiosa na pesquisa qualitativa.

3.5 Critérios de inclusão e exclusão na pesquisa

Foram considerados como critérios de inclusão: os docentes com formação em Pedagogia e Letras que atuam na equipe de estudos em relação a gestão democrática das escolas municipais e a aplicabilidade dos conselhos escolares lotados na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no município de Alvorada do Oeste, bem como os diretores das escolas, e que aceitem participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE). Foram considerados como critérios de exclusão: os demais professores da Secretaria Municipal de Educação com formação em outras áreas e que não atuam na equipe de estudos sobre gestão democrática e aplicabilidade dos conselhos escolares da Secretaria Municipal de Educação, e os não são diretores das escolas municipais.

3.6 Aspectos Éticos da Pesquisa

No decorrer da pesquisa, foi garantido a possibilidade de se negar a participar a qualquer momento. Os sujeitos da pesquisa participaram de forma voluntária, bem como foram orientados sobre a natureza, objetivos, metodologia, riscos e benefícios da pesquisa. Todo processo foi conduzido dentro dos termos éticos, e no primeiro contato com os participantes será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE) e só seguirá a pesquisa mediante a assinatura do termo.

A pesquisa só teve início após aprovação pelo Comitê de Ética Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Federal do Rondônia (CEP/IFRO), via plataforma Brasil de acordo com a resolução n° 466 de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução n° 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, onde elenca que toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Além disso, os dados serão protegidos conforme a Lei nº 13.709/18 de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural

3.7 Riscos, benefícios e medidas mitigadoras.

Neste objeto de trabalho, a pesquisa desenvolvida é caracterizada como risco mínimo, pois trata-se de uma entrevista individual e uma roda de conversa, sem a intervenção ou modificação intencional nos fatores fisiológicos e sociais dos indivíduos que participam do estudo.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em um provável desconforto no momento da Roda de Conversa, que pode ocorrer algum tipo de constrangimento, cansaço ou estresse durante as discussões, podendo provocar experiências negativas.

Como medida mitigatória, para sanar quaisquer riscos, o pesquisador-responsável que mediará a conversa, ao perceber qualquer risco ou dano significativo ao participante da pesquisa, previstos ou não, utilizará o bom senso para evitar aborrecimentos e situações indesejadas, realizando uma pausa, e possibilitando ao participante uma conversa em outro momento, caso necessário.

Para participar desta pesquisa o(a) docente e os diretores não tiveram nenhuma despesa, como também não receberam qualquer compensação financeira.

No que se refere aos cuidados com a questão sanitária, em relação à realização da entrevista e da roda de conversa, de forma presencial, foram utilizados todos os meios de segurança para evitar-se o contágio e contaminação pela SARS- Covid 19, itens de proteção como máscaras e álcool em gel.

Cabe ressaltar que a pesquisa se deu com a anuência tanto da autoridade maior da Instituição pesquisada, bem como dos demais envolvidos. E, em relação aos dados coletados, estes permanecerão em posse apenas do pesquisador que manterá os arquivos sob sua guarda e responsabilidade por um período de cinco anos. Após o término da pesquisa, terminado o prazo de arquivamento, todos os dados serão excluídos de forma permanente.

Quanto aos benefícios, esta pesquisa visou potencializar o envolvimento e análise crítica na composição dos Conselhos Escolares por parte dos sujeitos envolvidos no contexto da Gestão Democrática das Escolas Públicas municipais, bem como, criar espaços para o debate, discussão e reflexão de temas como a participação da comunidade escolar na gestão dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos, descentralização na execução dos recursos, conhecimento e aprimoramento acerca de uma formação humana integral.

3.8 Desenvolvimento do Produto Educacional.

A realização da pesquisa visou identificar e entender as dinâmicas, desafios e lacunas existente no processo implantação e de fortalecimento dos conselhos escolares, bem como, possibilita a intervenção sobre o objeto analisado por meio de um produto educacional.

Na terceira etapa da pesquisa, foi iniciado o planejamento do produto educacional (uma cartilha) com orientações para a implantação e fortalecimento dos conselhos escolares nas escolas da rede pública municipal de ensino pautado na perspectiva de uma formação humana integral dos sujeitos.

Para tanto, neste processo do desenvolvimento do produto educacional, realizamos três quatro (04) encontros com duração de 50 minutos.

Nesses encontros foram feitas rodas de conversa para discutir sobre a temática proposta, onde possibilita diálogos que criam e ressignificam sentidos e saberes sobre a experiência de cada participante, favorecendo o entrosamento e a confiança.

Para intensificar o debate e as discussões a respeito dessa temática recorremos à algumas metodologias ativas como nuvem de palavras, e após a aceitação por parte dos participantes, fizemos o uso de algumas ferramentas para explicarmos o conteúdo por meio vídeos, documentários, depoimentos e exposição oral.

Planejamento do Produto educacional
ETAPA
Primeiro encontro. (50 minutos de duração)
Objetivo: Apresentação inicial sobre a proposta de planejamento e produção da Cartilha de forma colaborativa.
Segundo encontro (50 minutos de duração)
Objetivo: Exposição dos conceitos norteadores sobre o conselho escolar, utilizando recursos de depoimentos e exposição oral. Exposição acerca da importância do conselho escolar como uma instância de participação e gestão democrática nas escolas, sendo composto por representantes da comunidade escolar. Visando: 1. Participação democrática; 2. Autonomia e gestão colegiada; 3. Transparência e prestação de contas; 4. Representatividade, diversidade e inclusão; 5. Planejamento e avaliação; 6. Promoção da qualidade educacional. Esses conceitos norteadores ajudam a garantir a participação ativa da comunidade escolar na gestão educacional, promovendo uma educação de qualidade e contribuindo para o

desenvolvimento integral dos estudantes.
Terceiro encontro (50 minutos de duração)
Objetivo: Debater a temática sobre Gestão Democrática, e formação humana integral utilizando algumas metodologias ativas como Nuvem de palavras, na perspectiva de visualizar, de forma rápida e intuitiva, as palavras mais relevantes. Esta metodologia auxilia na análise e interpretação dos dados, ajudando a identificar tendências, temas principais e padrões de palavras mais frequentes. Com o objetivo de discutir e promover a importância e os benefícios da participação ativa de todos os envolvidos em processos de tomada de decisão relacionados à gestão. Por meio deste debate, busca-se destacar a importância de uma gestão democrática para o fortalecimento da transparência, da responsabilidade, do engajamento e da eficiência na gestão escolar. Também é de grande relevância considerar a relação entre a formação humana integral e a sociedade em geral, bem como a colaboração entre escolas, famílias e comunidades para garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.
Quarto encontro (50 minutos de duração)
Objetivo: Oferecer a abertura a sugestões finais do grupo. (conclusão) Aplicação de questionário de validação do produto educacional para os participantes Apresentação do esboço da Cartilha, seu formato e aplicabilidade.

Por meio do planejamento houve a implementação do produto educacional, sendo uma cartilha norteadora com o tema: “Conselho Escolar e Gestão Democrática- fortalecimento da comunidade escolar. Foi apresentado para as comunidades, onde analisou-se a viabilidade das atividades desenvolvidas, explanando os objetivos alcançados com a pesquisa e proporcionando um momento de formação para os conselhos, por parte do pesquisador responsável.

3.8.1 Validação do Produto Educacional.

Após a implementação do produto educacional, houve um encontro para a avaliação e validação do Produto. Será direcionado aos docentes da secretaria municipal de educação, gestores das escolas municipais, integrantes dos conselhos escolares, como também, à comunidade externa.

Foi elaborado perguntas específicas acerca da qualidade do produto, por meio de um formulário e encaminhado aos participantes da pesquisa. As principais respostas e apontamentos estão nos trechos a seguir:

Capa do Produto Educacional

Os principais apontamentos quanto a aplicabilidade do produto, sua estruturação, layout e aplicabilidade.

"A cartilha oferece informações relevantes sobre o Conselho Escolar e a gestão democrática. Aspectos importantes incluem as funções do Conselho, o processo de eleição, a participação dos pais e questões legais relacionadas à gestão. Esses pontos podem contribuir para um trabalho mais eficiente e participativo".

"O layout e o design visual da cartilha facilitam a leitura e o aprendizado sobre o Conselho Escolar".

"A linguagem e os conteúdos apresentados na cartilha são relevantes e essenciais para o entendimento das funções do Conselho Escolar. Aspectos como as responsabilidades do Conselho, o processo de eleição e a participação dos pais são especialmente relevantes para uma gestão eficaz".

"Como rede de ensino essa cartilha será compartilhada com gestores escolares, sendo útil na atuação dos membros do conselho escolar".

"Certamente este material pode ajudar a melhorar minha prática como membro do Conselho Escolar, fornecendo informações claras sobre as responsabilidades e processos envolvidos. Além disso, ele me permite refletir sobre como posso contribuir de forma mais eficaz para a gestão democrática da escola".

"A cartilha está organizada de uma forma íntegra, pois abrangeu os conteúdos importantes da atuação do Conselho escolar".

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao verificar as respostas dos participantes, foram identificadas códigos e algumas categorias temáticas relevantes para a pesquisa, que vão ao encontro dos objetivos do trabalho. Foram feitas as análises das respostas obtidas sobre o conselho escolar e a gestão democrática em escolas municipais, com vistas a uma formação humana integral da EPT. Na sequência, apresentamos as categorias identificadas e uma análise detalhada para cada uma delas.

1. Importância do Conselho Escolar

- Unidades de análise: democratização, participação da comunidade escolar, fiscalização, mobilização.

Os participantes, no momento das conversas individuais, reconheceram a importância do Conselho Escolar como um meio de promover a democracia na gestão escolar, envolvendo diferentes partes da comunidade escolar em decisões importantes, esclarecendo que, todos os

seguimentos do Conselho Escolar: Diretoria Executiva- Comissão de Articulação Pedagógica e Financeira e Conselho Fiscal, são escolhidos pela comunidade para colocar em ação os procedimentos que envolvem uma gestão compartilhada, que é um processo contínuo que exige compromisso, dedicação e disposição para o diálogo por parte de todos os envolvidos, conscientizando a comunidade escolar da importância da participação no conselho. Os participantes da pesquisa acreditam que todos os recursos geridos e decisões que irão beneficiar a escola passam pela ação do conselho escolar. Essa compreensão é reforçada pelos extratos da verbalização, quando questionados sobre a implantação dos conselhos nas escolas:

> ***Diretor 1:*** *É de suma importância, pois com a implantação do Conselho, a escola gerencia seus recursos conforme suas necessidades e assegura mais transparência à comunidade.*
>
> ***Docente 1:*** *Acredito que é um fator importante para promover o exercício da cidadania no espaço escolar, articular a integração e a participação dos diversos segmentos na construção de uma escola pública de qualidade.*

Como pode ser observado, os participantes da pesquisa, enfatizam que o papel do Conselho é assegurar a transparência e o envolvimento coletivo, acompanhar a gestão da escola e zelar pela manutenção das ações e atividades escolares, deliberando sobre as diversas dimensões educacionais. Os participantes também apontam que o conselho escolar democratiza as relações entre os sujeitos da comunidade escolar. Expressam que são olhares distintos sobre a instituição de ensino, num diálogo onde todos os segmentos podem conversar e deliberar sobre as melhorias necessárias para elevar a qualidade de ensino.

Ademais, nas entrevistas, ao que pode ser percebido a partir da categoria temática apresentada aqui, é que a gestão democrática também contribui para a valorização do ser humano como um todo, considerando suas necessidades, desejos e potencialidades.

Assim, como destacam Bastos, Luz e Artuso (2021), um instrumento necessário para a promoção de fatores sociais e a feitura de cidadãos cada vez mais conscientes diante de suas realidades de mundo, tendo assim, maiores e melhores condições para lutar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os sujeitos sociais tenham destreza para galgar passos firmes rumo à autonomia propícia para um desencadeamento de fatos que favoreçam a estruturação de uma sociedade com mais possibilidades de condições igualitárias

Ao envolver todos os indivíduos na tomada de decisões e no planejamento de ações, a gestão democrática reconhece a importância da autonomia e da responsabilidade de cada um para o sucesso coletivo.

2. Organização das Escolas e Estrutura da Secretaria Municipal de Educação

- Unidades de análise: apoio na formação continuada dos conselhos, provisão e gestão dos recursos e orientações.

Existe uma percepção, baseada nas entrevistas individuais dos docentes lotados na secretaria de que a Secretaria Municipal de Educação deveria desempenhar um papel crucial na organização e estruturação dos conselhos escolares. Porém, os participantes mencionam a falta de suporte em termos de documentações e orientações, sugerindo uma relação de dependência entre as escolas e a Secretaria. Nota-se, na visão dos diretores entrevistados, que é notório a falta de apoio, especialmente em relação à formação continuada dos membros dos conselhos. Em relação à gestão dos recursos, os gestores escolares estão cientes de que, sem o conselho escolar composto e atuante não conseguem receber, gerir e aplicar de forma legal e ordenada os recursos. Essa compreensão é reforçada conforme extrato da verbalização.

> ***Diretor 2:*** *Na escola que atuo como diretora nós mesmos, direção e comunidade que buscamos as orientações para as formações do conselho, muitas delas de forma online. falta apoio na formação continuada dos membros dos conselhos por parte da Secretaria de Educação.*
>
> ***Docente 3:*** *Como membro da Equipe da Secretaria de Educação vejo que ainda estamos com muita dificuldade de assessorar as escolas. Nossa estrutura e, muitas vezes, até o nosso conhecimento ainda não estão atendendo às demandas escolares, especialmente em relação ao suporte que é necessário a gestão e prestação de contas dos recursos financeiros.*

Como é possível observar, os participantes concordam que realmente há muito a fazer no que se refere ao suporte necessário à gestão, à formação continuada dos conselhos escolares e prestação de contas dos recursos, sendo um processo fundamental de participação democrática da comunidade escolar.

Ademais, nas entrevistas, ao que pode ser percebido a partir da categoria temática aqui apresentada, os participantes compreendem que o conselho escolar tem como objetivo central promover a qualidade educacional, na busca constante pelo aprimoramento dos processos de

ensino e aprendizagem, pela valorização dos profissionais da educação e pela melhoria das condições de infraestrutura da escola.

Esta visão dos participantes coaduna naquilo que é defendido por Luiz e Nascente (2013) sobre os objetivos do conselho escolar, dentre eles, o objetivo de discutir, refletir e acompanhar todas as atividades escolares, trazendo diferentes pontos de vista, atribuindo um valor positivo e beneficiando os indivíduos que ali fazem parte da comunidade escolar, enfim, a toda sociedade.

3. Constituição e estruturação dos Conselhos Escolares

- Unidades de análise: processo de formação, composição e participação da comunidade, documentação necessária.

A formação de Conselhos Escolares é vista como um processo complexo, mas extremamente necessário. Os participantes pesquisa - diretores e docentes entrevistados - expuseram a dificuldade em se ter a orientação e suporte administrativo. Com relação à estrutura por cargos e funções, os gestores escolares informam que, para cumprir os requisitos legais, conforme Estatuto e Regimento, para a composição correta dos segmentos, são necessários a participação de quinze integrantes, sendo professores, servidores de apoio, servidores administrativos e comunidade externa - pais ou responsáveis pelos alunos -, para compor os seguintes segmentos: Diretoria Executiva: Presidente, vice presidente - que conforme o estatuto são respectivamente diretor e vice diretor das instituições, escolhidos pela comunidade - Secretário e tesoureiro. Comissão de Articulação Pedagógica e Financeira, e o Conselho Fiscal. Essa informação é reforçada pelos extratos da verbalização:

> ***Diretor 5****: Em seu Art. 10, o estatuto do CE diz que "garantirá, em sua composição, a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, escolhidos na consulta à comunidade, assegurando a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) para professores e demais funcionários da escola e 50% (cinquenta por cento) para pais, estudantes e membros da comunidade".*

> ***Docente 2****: Seguindo a orientação da legislação e do estatuto, é importante a mobilização da comunidade escolar; assembleia para servidores, pais, estudantes, motivando e apresentando a todos a importância da participação de todos os atores escolares para a melhoria da qualidade de ensino.*

No que se refere a unidade de análise em destaque, os participantes mencionam a importância da mobilização da comunidade escolar e a necessidade de cumprir requisitos documentais para, de fato, garantir que todos os segmentos da comunidade sejam representados.

Ademais, nas entrevistas, ao que pode ser percebido a partir da categoria temática apresentada nesta seção, a estruturação e funcionamento do Conselho devem garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões, com o objetivo de promover a qualidade da educação e a formação integral dos alunos.

Esta visão dos participantes está de acordo com o que é definido pelo Programa Nacional de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares, Brasil (2004) onde cabe aos conselhos deliberarem sobre as normas internas e o funcionamento da escola; participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar e aprovar o calendário escolar no início de cada ano letivo; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola.

4. Desafios existentes na Composição dos Conselhos

- Unidades de análise: falta de participação, dificuldades administrativas, falta de informações.

Os participantes apontam alguns desafios na formação dos Conselhos Escolares, incluindo a falta de interesse da comunidade, problemas administrativos e uma carência de informações claras sobre os procedimentos e a divisão de responsabilidades dentro do colegiado, mesmo havendo os segmentos estabelecidos.

Um dos fatos mais relevantes observado é a alta rotatividade nas funções de diretores das escolas, o que dificulta a continuidade do trabalho. Pois, conforme o Estatuto do conselho, o diretor é o presidente nato. Como uma necessidade muito importante para o andamento dos trabalhos do conselho, que rege toda a escola, os diretores entrevistados apontaram a falta de formação em relação à execução financeira, especialmente no momento das prestações de contas. O fato de, muitas vezes, não saber o que podem ou não adquirir com os recursos, indicam que não há a busca de esclarecimentos neste quesito, o que acaba impedindo a boa gestão dos processos na escola. Essa compreensão é reforçada pelos extratos da verbalização:

> ***Diretor 4:*** *Acredito que as maiores dificuldades para composição dos conselhos escolares são a participação das pessoas, hoje, a maioria não quer envolvimento, um compromisso de participar e ter uma responsabilidade junto a escola, de opinar, sugerir, acompanhar o andamento das atividades e desenvolvimento dos trabalhos e, a disponibilidade de tempo dos conselheiros.*
>
> ***Diretor 7:*** *Os momentos de formação ainda são poucos, uma dificuldade é trazer os conselheiros para permanecer mais tempo na escola. Vemos também a dificuldade em termos pessoas capacitadas para estas formações.*

Como é possível observar, os participantes têm noção da importância da formação continuada para os membros do Conselho Escolar e como esta falta de oportunidade de formação pode se tornar um obstáculo à gestão democrática. Sabendo que, a formação continuada dos membros do conselho escolar é essencial para garantir a participação efetiva e o bom funcionamento do conselho. Investir na formação dos conselheiros é investir na gestão democrática da educação e na construção de uma escola mais justa e de qualidade para todos.

5. Capacitação e Desenvolvimento dos Membros do Conselho Escolar

- Unidades de análise: necessidade de formação, conteúdos e conceitos relevantes, falta de frequência nas formações.

Há um reconhecimento, por parte dos gestores escolares, da necessidade de desenvolver formações contínuas para os membros do Conselho Escolar, observando-se uma falta de oportunidades regulares de formação.

Os participantes sugerem que encontros e formações deveriam cobrir aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, especialmente no que se refere à importância de conteúdos e conceitos que valorizem os aspectos da pessoa humana, valorizando a pessoa como um todo e incluindo aspectos de uma formação humana integral.

Os diretores entrevistados também apontam elementos que devem estar presentes nestas formações, como: a contribuição e função de cada membro dentro do Conselho Escolar, a representatividade de cada segmento, o planejamento das ações desenvolvidas dentro da instituição, e o conhecer e envolver-se com os objetivos a que se propõe o Conselho Escolar

para a efetivação de uma escola democrática, com qualidade no ensino. Essa constatação é vista a partir da resposta abaixo:

> ***Diretor 6:*** *Temos a necessidade, a princípio de se trabalhar, ao menos de forma sucinta e dialogada, sobre a importância, objetivos, funções e composição do CE; organização e funcionamento da escola; pauta das reuniões e formas de participação dos segmentos escolares; quais são as deliberações, investimentos e prioridades dos recursos financeiros da escola; parcerias e trabalho coletivo, gestão democrática e aspectos que façam surgir a compreensão e o papel de cada indivíduo. Acredito que todos esses temas contribuem para a formação dos conselheiros.*

Ao que se pode perceber, os colaboradores da pesquisa, os diretores das escolas pesquisadas, enfatizam ainda que, é importante informar seus segmentos sobre as decisões tomadas nas reuniões do Conselho Escolar; tomar conhecimento e tornar público à comunidade o referido Estatuto, o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico, calendário escolar e demais deliberações do Conselho Escolar, cumprir e fazer cumprir as deliberações das reuniões do Conselho Escolar. Informar que, a ação de todos os conselheiros será sempre com vista ao coletivo e à qualidade de ensino, evitando-se o trato de questões relativas à defesa de interesses individuais.

6. Legislação e Normativas

- Unidades de análise: Leis e diretrizes regulamentando os Conselhos, articulação com leis federais e municipais.

As respostas indicam uma consciência sobre a legislação que rege os Conselhos Escolares, ressaltando a importância de alinhar as práticas dos Conselhos com as normativas legais existentes. Esses, entendem a articulação do Conselho Escolar com as disposições contidas na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VIII, com a Lei nº 9394/96, LDB em seu artigo 14, inciso II, Portaria nº 2.896/04-MEC e pela lei nº 929 de agosto de 2018 do Sistema Municipal de ensino de Alvorada do Oeste - RO. Esta percepção é sinalizada no extrato da verbalização a seguir:

> ***Diretor 5:*** *Se ter consciência das legislações vigentes sobre o Conselho Escolar é um dever de todos os membros da comunidade escolar. O conhecimento das leis e diretrizes que regem o funcionamento do*

> *conselho garante a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade na gestão da escola.*

Como visto, observa-se que se dá a verdadeira importância de se ter esta consciência das legislações vigentes, pois sabem que podem buscar clareza e legalidade para os processos. Vê como ponto positivo esta relação, e a consciência das legislações vigentes sobre o Conselho Escolar é um pilar fundamental para a gestão democrática da educação.

Enfim, como pode-se perceber a partir dos dados apresentados e discutidos, notou-se a preocupação com o tema abordado pelos envolvidos, especialmente no que concerne às práticas de uma verdadeira gestão democrática para a abertura de espaços à comunidade, onde não havia antes, e na composição e implantação dos trabalhos e ações do conselho escolar, para que, dentro do colegiado possam compreender os aspectos de uma formação humana integral aos educandos e comunidade escolar.

No mesmo sentido, reforçando o pensamento de Libâneo (2021), os participantes reconhecem a importância dos conselhos para a qualidade e democratização da educação, relacionando que, onde a participação e o envolvimento da comunidade acontecem, se torna um importante meio de assegurar esta qualidade, possibilitando o envolvimento da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

Mesmo com um retorno positivo, observou-se por parte dos participantes da pesquisa que há um reconhecimento das dificuldades práticas enfrentadas na sua implementação e operação. A ênfase na formação e capacitação indica uma busca por melhorias contínuas no processo de fortalecimento do conselho.

A necessidade clara de haver momentos que realmente fortaleçam os trabalhos dos conselhos, que valorizem a participação da comunidade escolar para o fortalecimento da gestão, descentralização, participação e a transparência nos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a relevância dos Conselhos Escolares na promoção de uma gestão democrática em escolas da rede pública, enfatizando a formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica. Investigou-se a contribuição dos Conselhos Escolares para a efetivação de uma gestão democrática em escolas da rede pública, com foco na formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica. Buscou-se compreender como a atuação destes conselhos pode

influenciar na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e participativas, além de examinar os desafios e potencialidades na implementação de políticas educacionais que fomentem a participação da comunidade escolar no processo decisório educativo.

A pesquisa evidenciou que, apesar dos desafios enfrentados na implantação e fortalecimento dos conselhos, como a falta de momentos de formação, poucas informações e pessoas capacitadas e desconhecimento das suas funções, a atuação dos conselhos é fundamental para assegurar a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no processo decisório, contribuindo significativamente para a qualidade da educação oferecida.

Os resultados do estudo destacam a importância dos Conselhos Escolares na promoção de uma gestão democrática eficaz, evidenciando sua capacidade de envolver diversos agentes da comunidade escolar na tomada de decisões. Foi observado que a ativa participação nesses conselhos pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade educacional, através da implementação de políticas inclusivas e práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às necessidades locais. Estes achados reforçam o papel fundamental que os Conselhos Escolares desempenham como instrumentos de democratização e inclusão social no ambiente educativo.

Salienta-se que os Conselhos Escolares são fundamentais para fomentar uma gestão democrática nas escolas, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar no processo decisório. Contribuem para a melhoria da qualidade da educação, garantindo que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas de acordo com as necessidades e realidades locais. Através do diálogo e da participação coletiva, os Conselhos Escolares podem fortalecer a transparência, a responsabilidade e o compromisso com a educação pública de qualidade.

Além de promover uma gestão participativa e transparente, os Conselhos Escolares desempenham um papel vital no desenvolvimento de políticas inclusivas que respeitam a diversidade cultural e socioeconômica dos estudantes. Eles também são essenciais para estimular o envolvimento dos pais e da comunidade local no ambiente educacional, aumentando o senso de pertencimento e comprometimento com o sucesso escolar. Através dos Conselhos, é possível implementar práticas educativas inovadoras, ajustadas às necessidades específicas da comunidade, contribuindo assim para uma educação mais equitativa e de qualidade.

Os resultados obtidos demonstram que a existência e o fortalecimento dos Conselhos Escolares favorecem a democratização do acesso à educação de qualidade, além de promoverem a inclusão social e a cidadania ativa. A colaboração entre docentes, gestores, alunos e comunidade mostrou-se essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam às necessidades reais dos estudantes, preparando-os não apenas para o mundo do trabalho, mas também para a vida em sociedade, de maneira crítica e reflexiva.

O produto educacional fruto desta pesquisa não apenas destaca as diretrizes necessárias para a implementação e fortalecimento dos conselhos, mas também traz à luz a reflexão sobre uma formação humana integral, possibilitando a discussão por todos os membros da comunidade escolar a participarem ativamente no processo decisório educacional.

As discussões empregadas durante os encontros de desenvolvimento do produto permitiram que gestores e outros membros da comunidade escolar não apenas absorvessem as informações, mas também compartilhassem suas experiências e ressignificarem seus saberes, fortalecendo a confiança em prol de uma gestão mais inclusiva e representativa.

A cartilha produzida ao final da pesquisa possibilita que os gestores e membros dos Conselhos Escolares compreendam e implementem ações de gestão democrática que sejam eficientes no cotidiano escolar, para a promoção de uma gestão participativa e transparente.

A importância deste Produto Educacional para a comunidade de gestores escolares vai na direção de uma mudança significativa na capacidade dos conselhos escolares em atuar de maneira consciente, considerando todos os aspectos para uma formação humana integral. A elaboração deste produto indica a necessidade de continuidade na pesquisa e desenvolvimento de estratégias que possam ser adaptadas a diferentes contextos dentro do sistema educacional brasileiro, sempre visando a formação de sujeitos autônomos, críticos e atuantes na sociedade em que vivemos.

Portanto, recomenda-se a adoção de políticas públicas que fortaleçam os Conselhos Escolares como espaços de diálogo e participação, bem como a implementação de programas de formação continuada para os membros dos conselhos, garantindo sua atuação efetiva e consciente. A pesquisa aponta ainda para a necessidade de uma maior integração entre as perspectivas adotadas nos conselhos escolares, permeada pelo contexto da educação profissional e tecnológica visando à formação de sujeitos autônomos, críticos e atuantes na sociedade.

Em suma, este trabalho contribui para o debate sobre a importância da existência dos Conselhos Escolares nas escolas públicas, ressaltando sua eficácia dentro de um contexto da gestão democrática, contribuindo para a formação dos sujeitos de forma integral, relacionando aspectos da Educação Profissional e Tecnológica.

Reforça-se que informações e conhecimentos circulam com velocidade e, mudam rapidamente também, tudo se faz de maneira diferente a cada dia. A forma de gerir e administrar também mudou, os recursos tecnológicos encurtaram distâncias, tempo e favoreceram as questões organizacionais. Para envolver, mobilizar, aproximar e comprometer pessoas em um projeto comum é importante buscar conhecimentos e estratégias novas, mas sobretudo, ser transparente e honesto nas ações, agir com compromisso, dedicação, seriedade e paixão pelo seu trabalho, fazendo o melhor nas condições que se tem no momento.

Espera-se que os achados desta pesquisa inspirem a continuidade dos estudos na área e fomentem práticas inovadoras que contribuam para a consolidação de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. M. (2017). **Práticas gestionárias de diretores na Educação Profissional: entre o gerencialismo e a gestão democrática.** Tese de Doutorado em Educação, Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, Brasil.

ANTUNES, R. (2009). **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** (2. ed.). São Paulo: Bom tempo.

BASTOS, Eliana Nunes Macial; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysson Ramos. **A gestão democrática na educação profissional e tecnológica.** Alemur, v. 6, n. 2, p. 01-1. Disponível em: https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520. Acesso em: 26 de fev. de 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTES, R. M. (2015). *O patrimonialismo como cultura institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. Recuperado de: http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4695.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares:** conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Elaboração Genuino Bordignon. –Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRAUN, V., & Clarke, V. (2016). (Mis) conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. International Journal of Social Research Methodology, 19(6), 739-743. https://doi.org/10.1080/13645579.2016.1195588

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Periódico: Trabalho Necessário, 2005. Disponível em: http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087 Acesso em 23 jun. 2022.

DOURADO, L. F. (2007). Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação e Sociedade, 28* (100), 921-946.

FIGUEIREDO, A. M. (2014). *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: a construção de uma nova institucionalidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4178.

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª ed. Barueri.São Paulo: Atlas, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática.** 6ª edição. rev e amp. São Paulo: Hercus, 2021.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F. & TOSCHI, M. S. (2012). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. (10. ed.). São Paulo: Cortez.

LÜCK. Heloísa. A evolução da gestão educacional, a partir de uma mudança paradigmática. **Revista Gestão em Rede**, n. 3, 1997, p. 13-18. Disponível em http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?inframe=yes&iframe=true. Acesso em: 08 de maio de 2022.

LÜCK, Heloísa**. Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa**. A gestão participativa na escola**. 11ª ed. 6ª reim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** - [2. ed]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

LUIZ, Maria Cecília. **Conselho Escolar e Diversidade:** por uma escola mais democrática. São Carlos: EdUFScar, 2013.

MOURA, D. H. (2008) Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos, 2*, 4-30. Recuperado de: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110.

MOURA, D. H. (2013). Mudanças na sociedade brasileira nos anos 2000 limitadas pela hegemonia do neoliberalismo: implicações para o trabalho e para a educação. In: Moura, D. H. (Org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em Educação Profissional. Campinas, SP: Mercado das Letras.

NEVES, L. M. & Pronko, M. A. (2008). *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV.

NOSELLA, P. (2007). Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira de Educação*, 12 (34), 137-151. Recuperado de: https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100011.

OLIVEIRA. Josemar de Assis. (2015). *A relação entre o Conselho Municipal de Educação e o Instituto Federal de Goiás (IFG) em Luziânia-GO: um estudo do controle social numa perspectiva democrática*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. 2015. Recuperado de: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/19514.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** (17ª. ed.). São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª ed. rev. e atual. 5 reimp. São Paulo: Cortez, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva. 2009

SÁ, J. M. M. (2009). ***Gestão na Educação Profissional e Tecnológica: a Escola Agrotécnica Federal de São Luis entre 2002 e 2006*.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: http://repositorio.unb.br/handle/10482/4241.

ALVORADA, (CIDADE) LEI N.º 929/2018 DE 20 de agosto 2018. “Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências”. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ro/a/alvorada-do-oeste/lei-ordinaria/2018/93/929/lei-ordinaria-n-929-2018-dispoe-sobre-a-organizacao-do-sistema-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias. Acesso em 08 de março de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado (a) docente, o (a) Srº. (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, desenvolvida pelo pesquisador Oscar de Oliveira Porto, mestrando do Programa de Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, pelo Instituto Federal de Rondônia - IFRO, tendo como Orientador o Professor Doutor Aguinaldo Pereira. O propósito desta pesquisa é contribuir com o processo de implementação e fortalecimento do conselho escolar da rede pública municipal de ensino em Alvorada do Oeste, RO, identificando o conhecimento que os Docentes lotados na secretaria de educação, com formação em Letras e Pedagogia têm sobre o processo. Neste sentido, a intenção é identificar as possíveis lacunas existentes neste processo, trazendo a reflexão acerca do valor da representatividade do conselho escolar nas instituições de ensino e comunidade escolar.

A partir das informações geradas nesta pesquisa será desenvolvido um produto educacional, um Guia com orientações pautadas em uma formação humana integral dos sujeitos na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica visando a implementação e fortalecimento do Conselho Escolar da rede pública municipal de ensino em Alvorada do Oeste, RO, e uma participação efetiva da comunidade escolar neste processo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa adotam-se instrumentos e metodologias para construção dos dados com os seguintes procedimentos: um diagnóstico, por meio de uma entrevista individual e uma roda de conversa com os participantes da pesquisa. A entrevista será de forma presencial, na sede da secretaria municipal de educação, previamente agendado com os participantes da pesquisa, via telefone, observando o momento propício em razão da estrutura organizacional da secretaria para que não atrapalhe o fluxo dos trabalhos. Terá a

duração aproximada de vinte minutos. Os resultados, respostas destas questões, serão anotados em bloco de anotações pelo pesquisador responsável, que o ajudará no seguimento para as próximas etapas da pesquisa.

Em seguida, após os levantamentos das opiniões individuais, na segunda etapa da pesquisa, será realizada uma Roda de Conversa de forma presencial, não estruturada, previamente agendada com todos os participantes da pesquisa, com perguntas básicas utilizadas como um passo inicial para abertura à conversa. As demais falas vão surgindo no decorrer da conversa.

A Roda de conversa acontecerá na sede da secretaria municipal de educação, na sala de reuniões; é um local amplo, com portas e janelas e com ventilação adequada. Estarão presentes nesta roda de conversa o pesquisador responsável e os docentes com formação em Letras e Pedagogia, lotados na Secretaria de educação que são responsáveis pela implantação e formação dos conselhos escolares nas escolas municipais. Acontecerá em dia e horário confirmado com antecedência, isso para que não venha a atrapalhar a dinâmica de trabalho da equipe. Terá a duração aproximada de cinquenta minutos.

Serão feitas, por escrito pelo pesquisador, anotações das visões e opiniões dos participantes acerca do tema da pesquisa. Os dados levantados ajudarão na possibilidade da concretização da hipótese para a resolução da questão problema. As informações ficarão de posse do pesquisador, sendo digitalizado e salvo em Drive, que, após cinco anos, serão excluídos tanto o arquivo, quanto os materiais escritos.

As informações adquiridas por meio desta pesquisa serão utilizadas exclusivamente no âmbito do projeto informado e em publicações dele decorrentes. O resultado e conclusões obtidos serão utilizados para a redação do texto final do curso apresentados em forma de obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica e poderão também ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em congressos, seminários e publicações em diferentes meios. O (A) Sr. (a) poderá ter acesso a qualquer tempo aos dados da pesquisa, eliminando possíveis dúvidas.

Você poderá participar de forma voluntária, bem como serão orientados sobre a natureza, objetivos, metodologia, riscos e benefícios da pesquisa. A pesquisa só terá início após aprovação pelo Comitê de Ética Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Federal do Rondônia

(CEP/IFRO), via plataforma Brasil de acordo com a resolução n° 466 de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução n° 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde.

Riscos - Neste objeto de trabalho, a pesquisa a ser desenvolvida é caracterizada como risco mínimo, pois trata-se de uma entrevista individual e uma roda de conversa, sem a intervenção ou modificação intencional nos fatores fisiológicos e sociais dos indivíduos que participam do estudo. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em um provável desconforto no momento da Roda de Conversa, que pode ocorrer algum tipo de constrangimento, cansaço ou estresse durante as discussões.

Medida Mitigatória - Para sanar quaisquer riscos, o pesquisador-responsável que mediará a conversa, ao perceber qualquer risco ou dano significativo ao participante da pesquisa, previstos ou não, utilizará o bom senso para evitar aborrecimentos e situações indesejadas. Assim como realizando uma pausa, e possibilitando ao participante uma conversa em outro momento, caso necessário.

Para participar desta pesquisa o(a) Docente não terá nenhuma despesa, como também não receberá qualquer compensação financeira.

No que se refere aos cuidados com a questão sanitária, em relação à realização da entrevista e da Roda de conversa, de forma presencial, serão utilizados todos os meios de segurança para evitar-se o contágio e contaminação pela SARS- Covid 19, itens de proteção como máscaras e álcool em gel serão disponibilizados.

Benefícios - Os resultados da pesquisa visa potencializar o envolvimento e análise crítica na composição dos Conselhos Escolares por parte dos sujeitos envolvidos no contexto da Gestão Democrática das Escolas Públicas municipais, bem como, criar espaços para o debate, discussão e reflexão de temas como a participação da comunidade escolar na gestão dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos, descentralização na execução dos recursos, conhecimento e aprimoramento acerca de uma formação humana integral.

Contatos - Em caso de dúvidas ou necessitar de mais informações a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, o Senhor Oscar de Oliveira Porto, mestranda do ProfEPT pelo Instituto Federal de Rondônia, *Campus C*alama pelo telefone (69) 98407 0216 ou pelo e-mail: oscarporto290@gmail.com. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, o contato deverá ser feito junto ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Rondônia pelo e-mail: cepi@ifro.edu.br, ou pelo telefone: (69) 2182-9611 ou pelo endereço Av. Tiradentes, 3009 - Setor Industrial, Porto Velho – RO.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes

da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS nº 466 de 2012 e a 510 de 2016).

Consentimento pós-esclarecido

Após os esclarecimentos prestados pelo pesquisador e por estar de acordo com o que expressa este Termo de Consentimento, ACEITO participar da pesquisa intitulada: CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, na qualidade de voluntário (a). e Declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas.

Alvorada do Oeste/RO, _____ de _____de 2023.

Dados de Identificação do Participante da Pesquisa

Nome:_____

Telefone para contato:_____

E-mail:_____

Assinatura do Participante:_____

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e 510 de 2016) complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante.

Assinatura do pesquisador: _____

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, Aguinaldo Pereira, CPF nº 821.737.371-04, professor e orientador credenciado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, comprometo-me a orientar o Mestrando Oscar de Oliveira Porto e acompanhar, em todas as etapas, sua pesquisa intitulada: CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Rondônia – IFRO, Campus Calama.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____, ____ de_____de 2023.

_____

Aguinaldo Pereira

Orientador

CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA

Eu,_____CPF._____Secretária Municipal de Educação de Alvorada do Oeste, RO, DECLARO ter sido devidamente informada e esclarecida pelo pesquisador Oscar de Oliveira Porto a respeito da pesquisa intitulada "CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA". vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFRO, cujo objetivo é contribuir com o processo de implementação e fortalecimento do conselho escolar da rede pública municipal de ensino. Assim, AUTORIZO a realização e aplicação da pesquisa e, para tanto, poderá usar as dependências *da Secretaria Municipal de Educação* com momentos de Roda de Conversa, gravações de áudio e vídeos nos ambientes. Conforme especificações apresentadas no projeto.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

I. Iniciar a coleta de informações somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
II. Obedecer às normativas e documentos relacionados ao uso das dependências da Secretaria.
III. Assegurar-se caso seja necessário, para o momento dos encontros, agendar previamente com os Docentes lotados na Secretaria.
IV. Manter sempre a ética e o compromisso.

_____, _____de_____de 2023.

_____

Carimbo e assinatura da Secretária de Educação

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DE SUBMISSÃO NA PLATAFORMA BRASIL

Eu, Aguinaldo Pereira, CPF nº 821.737.371-04, professor e orientador credenciado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, orientador do Mestrando Oscar de Oliveira Porto, concordo com a submissão do projeto de pesquisa intitulado: CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, na Plataforma Brasil para avaliação do CEP.

_____, _____de_____ de 2023.

_____

Aguinaldo Pereira

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

Eu, Oscar de Oliveira Porto, CPF nº. 755.768.212-20, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado: CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletado exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não e anexar os resultados e relatórios da pesquisa na Plataforma Brasil conforme solicitado na Norma Operacional CNS Nº 001/2013, item 3.3, alínea C.

_____, _____de_____de 2023.

_____

Oscar de Oliveira Porto

Pesquisador Responsável

INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROTEIRO BÁSICO PARA A ENTREVISTA INDIVIDUAL

Projeto intitulado "CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA" **a ser realizado pelo pesquisador** Oscar de Oliveira Porto.

Texto auxiliar: "O Conselho Escolar é um órgão colegiado e uma instância colegiada que tem sua existência garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, responsável por zelar pela manutenção e por participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. É formado por representantes da comunidade escolar (pais e/ou responsáveis, professores, estudantes, agentes educacionais, direção e equipe pedagógica) e local (sociedade civil organizada)".

1 - Na sua opinião, Qual a importância do Conselho Escolar dentro da instituição de ensino?

2 - Como está organizada a estrutura da Secretaria municipal de Educação para atender as necessidades das escolas em relação à composição e formação dos conselhos escolares?

3 - Todas as escolas municipais possuem o Conselho Escolar constituído?

4 - Caso as escolas ainda não tenham o Conselho Escolar constituído, quais ações são necessárias a serem realizadas para conseguirem esta composição dos conselhos?

5 - Quais leis regulamentam os conselhos escolares na esfera da educação municipal?

6 - Dentro do ambiente escolar, o colegiado reconhece sua função e importância para a efetivação da gestão democrática?

7- Há momentos de estudos e formação com os integrantes dos Conselhos Escolares?

8 - Quais conteúdos e conceitos são abordados nestas formações? e quais poderiam contribuir com os aspectos de uma formação integral dos integrantes do conselho?

9 - Mesmo ainda não havendo formações com frequência com os conselheiros. Na sua opinião, o que deveria ser trabalhado caso haja estas formações?

10 - Na sua opinião, quais as maiores dificuldades para a composição dos Conselhos Escolares nas escolas na rede municipal?

11 - Qual é a estrutura do Conselho Escolar?

12 - Como é formado e quais os procedimentos necessários para a constituição do Conselho Escolar?

13 - Como você acredita que poderia aprender mais sobre as questões que envolvem o Conselho Escolar?

14 - Você acredita que é importante aprender mais sobre as questões que envolvem o Conselho Escolar para as ações do seu trabalho ? Porquê

INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA 1

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

CANDIDATA: Oscar de Oliveira Porto

DATA DA DEFESA: 28/06/2024

LOCAL: ferramenta Google Meet (https://meet.google.com/kik-frkz-ebp)

HORÁRIO DE INÍCIO: 15h HORÁRIO DE TÉRMINO: 16:45h

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Aguinaldo Pereira	Presidente	ProfEPT - IFRO
Iza Reis Gomes	Membro Interno	ProfEPT - IFRO
Simone Marçal Quintino	Membro Externo	UNIR

TÍTULO DEFINITIVO DO TCC*:
CONSELHO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO OESTE, RO NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Em sessão pública, após exposição de 30 min, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca, durante o período de 2h00min. A banca chegou ao seguinte resultado**:

(X) APROVADO ( ) REPROVADO

** Recomendações[1]:

INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ATA 2

Anexo 5 – Ata de Avaliação do Produto

PRODUTOS(S) EDUCACIONAL(IS) GERADO(S) NO TRABALHO FINAL DE CURSO

CANDIDATA: Oscar de Oliveira Porto

DATA DA DEFESA: 28 de junho de 2024

LOCAL: ferramenta Google Meet - https://meet.google.com/kik-frkz-ebp

HORÁRIO DE INÍCIO: 15H HORÁRIO DE TÉRMINO: 16:45h

Declaramos que os Produtos Educacionais "**Conselho Escolar e Gestão Democrática: Contribuições para o Fortalecimento da Comunidade Escolar** " foram julgados, validados e aprovados para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia.

Porto Velho, 28 de junho de 2024.

Presidente: Prof. Dr. Aguinaldo Pereira, orientador - ProfEPT-IFRO

Membro: Profa. Dra. Iza Reis Gomes, membro interno - ProfEPT-IFRO

Membro Externo: Profa. Dra. Simone Marçal Quintino, membro externo - UNIR

Candidata: Oscar de Oliveira Porto

Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Pereira**, **Professor(a) - EBTT**, em 28/06/2024, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Iza Reis Gomes Ortiz**, **Professor(a) - EBTT**, em 08/07/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Simone Marçal Quintino**, **Usuário Externo**, em 08/07/2024, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.